



**PROPOSTA DE ORÇAMENTO
PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011**

Submetida ao Conselho Geral da Universidade da Madeira

Dezembro de 2010

Reitoria

Contexto

A proposta de orçamento para o ano de 2011 é apresentada numa situação de crise financeira. Há uma substancial diminuição (10,23%) das transferências do Orçamento de Estado para a Universidade da Madeira que será acompanhada de uma diminuição das receitas próprias. Na atual situação não podemos implementar um orçamento expansionista, mesmo considerando os objetivos fixados no Contrato de Confiança. Essa pretensão seria uma negação da realidade, que nos levaria a breve prazo a uma rotura financeira, colocando em causa a sobrevivência da Universidade da Madeira. Temos de focar o nosso esforço na racionalização das nossas atividades, no aumento da produtividade e na eliminação dos desperdícios. Nesta conjuntura difícil e exigente temos uma oportunidade de evidenciar a nossa determinação em avançar com políticas que promovam uma maior capacidade de gerar receitas próprias, tornando-nos menos vulneráveis às variações das transferências do Orçamento de Estado.

Objetivos

O objectivo primordial deste orçamento é colocar em prática uma nova gestão dos recursos, para que a médio prazo a dependência em relação às transferências do Orçamento de Estado seja cada vez menor na estrutura orçamental da UMa. Este objectivo primordial vai materializar-se em 3 linhas de ação:

Racionalização da oferta formativa

- Reforço da oferta formativa dos cursos de especialização tecnológica (CETs);
- Reforço da oferta de pós-graduações, oferta de formação às empresas, cursos conducentes à obtenção de CAPs com uma interligação mais directa com a RAM;
- Lançamento da Universidade Sénior.
- Consolidação da oferta de 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de Estudo.
- Desenvolvimento de um programa no âmbito da formação contínua.

Certificação de qualidade dos serviços

- Para oferecer um melhor serviço aos nossos alunos, funcionários, colaboradores e público em geral prosseguir com a implementação do Sistema de Qualidade da Universidade.
- Consolidar a utilização da nova aplicação informática de apoio à gestão, que nos permitirá dar um grande salto qualitativo nas tarefas de gestão da UMa e dos SASUMa.

Infraestruturas

Continuando a política iniciada no ano anterior, a UMa irá:

- concluir a recuperação do Piso 0, da ala norte, do edifício do Colégio dos Jesuítas;
- realizar intervenções na Quinta de S. Roque para potenciar a captação de receitas próprias.

Normas de execução

Ao orçamento apresentado estão associadas normas de execução das dotações que estão descritas num anexo ao presente documento.

Para enfrentar as dificuldades que se avizinham, devemos realizar um esforço para melhorar a nossa eficiência e produtividade. Nesse sentido, propomos que os orçamentos dos Centros de Competência, dos Colégios e das unidades funcionais da UMa sejam implementados utilizando a abordagem de orçamento de base zero.

O orçamento incremental (utilizado tradicionalmente) tem as seguintes desvantagens:

- Pressupõe que as necessidades, atividades e métodos de trabalho são imutáveis;
- Não incentiva o aparecimento de novas ideias;
- Não incentiva a redução de custos;
- Encoraja o gasto para justificar a manutenção do orçamento.

O orçamento de base zero, em contraponto com o orçamento incremental, permite-nos:

- Uma utilização eficiente dos recursos baseada nas necessidades;
- Um maior enfoque em novas iniciativas;
- Identificação e eliminação de atividades não produtivas;
- Alinhamento entre o orçamento e a estratégia e objetivos da unidade.

Para o efeito, solicitamos aos titulares dos centros de custo que enviem a sua proposta de orçamento de base zero para o Conselho de Gestão, até ao dia 15 de Janeiro de 2011, com a indicação do orçamento que necessitam para realizar as atividades planeadas para 2011. A proposta de orçamento deve indicar, para cada dotação solicitada:

- a justificação do gasto;
- a sua importância relativa, no contexto das atividades propostas e do plano de desenvolvimento específico de cada unidade, sob a forma de uma lista ordenada, de todas as dotações solicitadas.

Adicionalmente, deve estar contemplada uma dotação para satisfazer os gastos com os espaços utilizados à razão de 5€/m² área útil/mês e os encargos com os recursos humanos.

Análise das receitas

Na previsão das receitas foi dada especial atenção à previsão do número de alunos, às taxas cobradas pela Unidade de Assuntos Académicos, aos serviços prestados pela UMa e a outras receitas de origem financeira.

Para efeitos de previsão da propina cobrada, o presente orçamento reflecte a introdução de uma quinta prestação de propina e um provável decréscimo em 2011 do número de alunos bolseiros inscritos nos 1.ºs Ciclos de Estudos. Deste modo, a previsão do número total de alunos inscritos no ano lectivo de 2011-12, seguiu os pressupostos do contrato de confiança, o que se traduz num total de 2.590 alunos nos 1.ºs ciclos (inclui Ciclo Básico da Medicina) e 614 alunos nos 2.ºs ciclos (considerando os mestrados integrados e os

projectos formativos), 240 alunos em Pós graduações e 278 alunos em Cursos de Especialização Tecnológica.

Análise das despesas

Na elaboração do orçamento da despesa a atenção centrou-se nas despesas com o pessoal, nos gastos gerais da instituição e na distribuição interna do orçamento.

As normas de execução orçamental da Universidade da Madeira para o exercício económico de 2011 foram revistas e actualizadas.

O orçamento da despesa com o pessoal, espelha a subida dos encargos com as remunerações certas e permanentes, mais precisamente ao nível da ADSE com um novo desconto de 2,5% o programa de contratações para 2011, as reduções remuneratórias as aberturas de concurso para pessoal docente e não docente.

No que se refere às despesas gerais, reforçou-se a política de racionalização prevendo-se uma ligeira redução de 3%.

Quanto aos orçamentos internos a repartir pelos a disponibilizar aos Colégios Universitário e Politécnico, Centros de Competências, Gabinetes e Serviços Centrais, serão distribuídos 500.000 euros, para despesas correntes e pequenos investimentos, tendo por base os projectos e respectivos orçamentos a apresentar ao Conselho de Gestão em 2011.

Por último, destaca-se a agregação do orçamento por grandes áreas de intervenção, apresentado os respectivos projectos e áreas de prioridade, garantindo uma maior racionalização e optimização dos recursos disponíveis.

Conclusão

Num quadro marcado por restrições financeiras, com fortes cativações e impossibilidades de reforço, apresentamos as normas de execução orçamental, que sustentadas nos princípios da transparência, da economia, eficiência e eficácia, assegurarão as condições em que se realizam todas as vertentes da vida académica. Com a aprovação do Decreto-Lei de execução orçamental, poderá advir a necessidade de proceder a pequenos reajustes que esperamos, no entanto, não afectarão os princípios aqui apresentados.

**Anexo I – Mapas do Orçamento da Universidade da Madeira
para o Exercício Económico de 2011**

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE DESPESA

2010/11/30

Pág. 1 de 6

ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA
ORGÂNICA : 151040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
019	018	2014	01 01 03	00.00	193	00000.00000	311	5.348.692	4.642.190
019	018	2014	01 01 05	00.00	193	00000.00000	311	4.747.392	4.484.057
019	018	2014	01 01 08	00.00	193	00000.00000	311	5.000	4.723
019	018	2014	01 01 10	00.00	193	00000.00000	311	57.583	54.389
019	018	2014	01 01 11	00.00	193	00000.00000	311	25.272	22.745
019	018	2014	01 01 13	00.00	193	00000.00000	311	317.346	285.611
019	018	2014	01 01 14	00.00	193	00000.00000	311	1.353.438	1.353.438
019	018	2014	01 02 01	00.00	193	00000.00000	311	6.336	5.985
019	018	2014	01 02 02	00.00	193	00000.00000	311	15.000	13.500
019	018	2014	01 02 04	00.00	193	00000.00000	311	2.000	1.889
019	018	2014	01 02 13	PD.00	193	00000.00000	311	10.000	0
019	018	2014	01 02 14	00.00	193	00000.00000	311	236.639	223.513
019	018	2014	01 03 01	A0.00	193	00000.00000	311	40.429	36.386
019	018	2014	01 03 03	00.00	193	00000.00000	311	10.514	10.514
019	018	2014	01 03 04	00.00	193	00000.00000	311	1.300	1.083
019	018	2014	01 03 05	A0.A0	193	00000.00000	311	226.891	189.076
019	018	2014	01 03 05	A0.B0	193	00000.00000	311	165.500	137.917
019	018	2014	01 03 06	00.00	193	00000.00000	311	500	500
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								12.569.832	11.467.516
019	016	2012	01 02 04	00.00	202	00000.00000	319	12.500	11.807
019	016	2012	01 02 14	00.00	202	00000.00000	319	20.000	18.891
019	016	2012	02 01 01	00.00	202	00000.00000	319	20.098	20.098
019	016	2012	02 01 02	00.00	202	00000.00000	319	10.500	10.500
019	016	2012	02 01 04	00.00	202	00000.00000	319	10.044	10.044
019	016	2012	02 01 08	00.00	202	00000.00000	319	13.286	13.286
019	016	2012	02 01 09	00.00	202	00000.00000	319	14.254	14.254
019	016	2012	02 01 14	00.00	202	00000.00000	319	13.260	13.260
019	016	2012	02 01 17	00.00	202	00000.00000	319	11.088	11.088

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE DESPESA

2010/11/30

Pág. 2 de 6

ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA
ORGÂNICA : 151040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTES FIN.	PROPOSTO	APROVADO
019	016	2012	02 01 18	00.00	202	00000.00000	319	11.488	11.488
019	016	2012	02 01 20	00.00	202	00000.00000	319	11.186	11.186
019	016	2012	02 01 21	00.00	202	00000.00000	319	34.340	34.340
019	016	2012	02 02 03	00.00	202	00000.00000	319	11.526	11.526
019	016	2012	02 02 09	F0.00	202	00000.00000	319	784	784
019	016	2012	02 02 10	00.00	202	00000.00000	319	12.326	12.326
019	016	2012	02 02 12	B0.00	202	00000.00000	319	11.422	11.422
019	016	2012	02 02 13	00.00	202	00000.00000	319	10.888	10.888
019	016	2012	02 02 15	B0.00	202	00000.00000	319	1.000	1.000
019	016	2012	02 02 17	00.00	202	00000.00000	319	2.570	2.570
019	016	2012	02 02 25	00.00	202	00000.00000	319	46.286	46.286
019	016	2012	04 08 02	B0.00	202	00000.00000	319	115.630	115.630
019	016	2012	06 02 03	00.00	202	00000.00000	319	10.000	10.000
019	016	2012	07 01 07	B0.B0	202	00000.00000	319	25.911	25.911
019	016	2012	07 01 08	B0.B0	202	00000.00000	319	15.000	15.000
019	016	2012	07 01 09	B0.B0	202	00000.00000	319	15.000	15.000
019	016	2012	07 01 10	B0.B0	202	00000.00000	319	33.688	33.688
019	016	2012	07 01 15	B0.00	202	00000.00000	319	50.000	50.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								544.075	542.273
019	016	2012	01 02 04	00.00	202	00000.00000	480	28.193	28.193
019	016	2012	01 02 14	00.00	202	00000.00000	480	14.769	14.769
019	016	2012	02 01 01	00.00	202	00000.00000	480	18.417	18.417
019	016	2012	02 01 02	00.00	202	00000.00000	480	2.211	2.211
019	016	2012	02 01 04	00.00	202	00000.00000	480	350	350
019	016	2012	02 01 08	00.00	202	00000.00000	480	15.393	15.393
019	016	2012	02 01 09	00.00	202	00000.00000	480	150	150
019	016	2012	02 01 14	00.00	202	00000.00000	480	4.522	4.522
019	016	2012	02 01 15	00.00	202	00000.00000	480	353	353

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE DESPESA

2010/11/30

Pág. 3 de 6

ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA
ORGÂNICA : 151040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
019	016	2012	02 01 17	00.00	202	00000.00000	480	714	714
019	016	2012	02 01 18	00.00	202	00000.00000	480	769	769
019	016	2012	02 01 20	00.00	202	00000.00000	480	1.500	1.500
019	016	2012	02 01 21	00.00	202	00000.00000	480	33.996	33.996
019	016	2012	02 02 03	00.00	202	00000.00000	480	12.929	12.929
019	016	2012	02 02 09	F0.00	202	00000.00000	480	558	558
019	016	2012	02 02 10	00.00	202	00000.00000	480	1.931	1.931
019	016	2012	02 02 11	00.00	202	00000.00000	480	2.658	2.658
019	016	2012	02 02 12	B0.00	202	00000.00000	480	1.089	1.089
019	016	2012	02 02 13	00.00	202	00000.00000	480	104.430	104.430
019	016	2012	02 02 15	B0.00	202	00000.00000	480	500	500
019	016	2012	02 02 16	00.00	202	00000.00000	480	880	880
019	016	2012	02 02 17	00.00	202	00000.00000	480	4.942	4.942
019	016	2012	02 02 20	C0.00	202	00000.00000	480	34.639	34.639
019	016	2012	02 02 25	00.00	202	00000.00000	480	136.261	136.261
019	016	2012	04 08 02	B0.00	202	00000.00000	480	126.537	126.537
019	016	2012	06 02 03	00.00	202	00000.00000	480	51.709	51.709
019	016	2012	07 01 07	B0.A0	202	00000.00000	480	8.000	8.000
019	016	2012	07 01 07	B0.B0	202	00000.00000	480	18.051	18.051
019	016	2012	07 01 08	B0.B0	202	00000.00000	480	1.000	1.000
019	016	2012	07 01 09	B0.B0	202	00000.00000	480	7.093	7.093
019	016	2012	07 01 10	B0.B0	202	00000.00000	480	17.634	17.634
019	016	2012	07 01 15	B0.00	202	00000.00000	480	39.857	39.857
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								692.035	692.035
019	018	2014	01 01 03	00.00	193	00000.00000	510	87.852	82.979
019	018	2014	01 01 04	00.00	193	00000.00000	510	70.145	66.254
019	018	2014	01 01 05	00.00	193	00000.00000	510	96.725	91.360
019	018	2014	01 01 13	00.00	193	00000.00000	510	13.809	12.428

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE DESPESA

2010/11/30

Pág. 4 de 6

ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA
ORGÂNICA : 151040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
019	018	2014	01 01 14	00.00	193	00000.00000	510	47.537	47.537
019	018	2014	01 02 04	00.00	193	00000.00000	510	10.000	9.445
019	018	2014	01 02 14	00.00	193	00000.00000	510	7.741	7.312
019	018	2014	01 03 01	A0.00	193	00000.00000	510	200.000	180.000
019	018	2014	01 03 05	A0.A0	193	00000.00000	510	1.305.077	1.087.564
019	018	2014	01 03 05	A0.B0	193	00000.00000	510	199.558	166.298
019	018	2014	02 01 01	00.00	193	00000.00000	510	15.444	15.444
019	018	2014	02 01 02	00.00	193	00000.00000	510	8.874	8.874
019	018	2014	02 01 04	00.00	193	00000.00000	510	8.999	8.999
019	018	2014	02 01 07	00.00	193	00000.00000	510	16.230	16.230
019	018	2014	02 01 08	00.00	193	00000.00000	510	33.818	33.818
019	018	2014	02 01 09	00.00	193	00000.00000	510	100	100
019	018	2014	02 01 12	00.00	193	00000.00000	510	150	150
019	018	2014	02 01 14	00.00	193	00000.00000	510	19.639	19.639
019	018	2014	02 01 15	00.00	193	00000.00000	510	2.412	2.412
019	018	2014	02 01 17	00.00	193	00000.00000	510	5.064	5.064
019	018	2014	02 01 18	00.00	193	00000.00000	510	13.003	13.003
019	018	2014	02 01 19	00.00	193	00000.00000	510	4.540	4.540
019	018	2014	02 01 20	00.00	193	00000.00000	510	24.702	24.702
019	018	2014	02 01 21	00.00	193	00000.00000	510	74.596	74.596
019	018	2014	02 02 01	00.00	193	00000.00000	510	223.128	223.128
019	018	2014	02 02 02	00.00	193	00000.00000	510	182.664	182.664
019	018	2014	02 02 03	00.00	193	00000.00000	510	110.050	110.050
019	018	2014	02 02 04	00.00	193	00000.00000	510	9.155	9.155
019	018	2014	02 02 09	A0.00	193	00000.00000	510	150	150
019	018	2014	02 02 09	B0.00	193	00000.00000	510	11.495	11.495
019	018	2014	02 02 09	C0.00	193	00000.00000	510	1.000	1.000
019	018	2014	02 02 09	D0.00	193	00000.00000	510	23.478	23.478
019	018	2014	02 02 09	E0.00	193	00000.00000	510	200	200

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE DESPESA

2010/11/30

Pág. 5 de 6

ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA
ORGÂNICA : 151040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
019	018	2014	02 02 09	F0.00	193	00000.00000	510	36.274	36.274
019	018	2014	02 02 10	00.00	193	00000.00000	510	5.440	5.440
019	018	2014	02 02 11	00.00	193	00000.00000	510	13.754	13.754
019	018	2014	02 02 12	B0.00	193	00000.00000	510	29.353	29.353
019	018	2014	02 02 13	00.00	193	00000.00000	510	129.260	129.260
019	018	2014	02 02 14	B0.00	193	00000.00000	510	5.212	5.212
019	018	2014	02 02 15	B0.00	193	00000.00000	510	1.705	1.705
019	018	2014	02 02 16	00.00	193	00000.00000	510	22.953	22.953
019	018	2014	02 02 17	00.00	193	00000.00000	510	31.143	31.143
019	018	2014	02 02 18	00.00	193	00000.00000	510	140.697	140.697
019	018	2014	02 02 19	C0.00	193	00000.00000	510	49.684	49.684
019	018	2014	02 02 20	C0.00	193	00000.00000	510	101.324	101.324
019	018	2014	02 02 25	00.00	193	00000.00000	510	145.706	145.706
019	018	2014	04 07 01	00.00	193	00000.00000	510	55.387	55.387
019	018	2014	04 08 02	B0.00	193	00000.00000	510	32.220	32.220
019	018	2014	06 02 01	00.00	193	00000.00000	510	27.881	27.881
019	018	2014	06 02 03	00.00	193	00000.00000	510	10.422	10.422
019	018	2014	07 01 03	B0.B0	193	00000.00000	510	10.756	10.756
019	018	2014	07 01 04	B0.00	193	00000.00000	510	15.828	15.828
019	018	2014	07 01 07	B0.A0	193	00000.00000	510	1.000	1.000
019	018	2014	07 01 07	B0.B0	193	00000.00000	510	57.371	57.371
019	018	2014	07 01 08	B0.A0	193	00000.00000	510	38.019	38.019
019	018	2014	07 01 08	B0.B0	193	00000.00000	510	19.343	19.343
019	018	2014	07 01 09	B0.A0	193	00000.00000	510	20.361	20.361
019	018	2014	07 01 09	B0.B0	193	00000.00000	510	18.691	18.691
019	018	2014	07 01 10	B0.A0	193	00000.00000	510	1.000	1.000
019	018	2014	07 01 10	B0.B0	193	00000.00000	510	29.095	29.095
019	018	2014	07 01 11	B0.00	193	00000.00000	510	1.348	1.348
019	018	2014	07 01 15	B0.00	193	00000.00000	510	23.576	23.576

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE DESPESA

2010/11/30

Pág. 6 de 6

ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA
ORGÂNICA : 151040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								3.902.138	3.614.871

TOTAL DA ORGÂNICA								17.708.080	16.316.695
ORGÂNICA : 158040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA									

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
019	018	2014	07 01 04	B0.00	000	01169.00001	311	250.000	250.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								250.000	250.000
TOTAL DA ORGÂNICA								250.000	250.000
TOTAL DO SERVIÇO								17.958.080	16.566.695

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE RECEITA

Pág. 1 de 3

ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA

ORGÂNICA : 151040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
019 018	06 03 01	29.81	311	11.465.714	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			11.465.714				
019 016	06 03 10	52.98	319	246.122	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 016	10 03 09	52.98	319	297.322	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 016	10 03 09	57.20	319	631	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			544.075				
019 016	06 04 02	00.00	480	174.284	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 016	06 07 01	00.00	480	72.025	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 016	06 09 01	00.00	480	83.309	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 016	06 09 04	00.00	480	308.054	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 016	10 04 02	00.00	480	10.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 016	10 09 01	00.00	480	44.363	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			692.035				
019 018	04 01 22	00.00	510	2.711.695	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 018	04 01 99	00.00	510	300.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 018	04 02 01	00.00	510	30.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 018	04 02 99	00.00	510	3.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 018	05 02 01	00.00	510	107.443	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 018	06 01 02	00.00	510	8.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO
019 018	06 02 01	00.00	510	115.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008 ESTATUTO

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE RECEITA

Pág. 2 de 3

ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA

ORGÂNICA : 151040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
019 018	06 07 01 00.00	510	2.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	06 08 01 00.00	510	1.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 01 03 00.00	510	1.500	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 01 99 00.00	510	10.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 02 01 00.00	510	70.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 02 02 00.00	510	282.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 02 04 00.00	510	70.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 02 99 00.00	510	130.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 03 01 00.00	510	24.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 03 02 00.00	510	6.500	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	07 03 99 00.00	510	5.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	08 01 99 00.00	510	20.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
019 018	15 01 01 00.00	510	5.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			3.902.138				

TOTALDA ORGÂNICA 16.603.962

ORGÂNICA : 158040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
019 018	10 03 01 29.81	311	250.000	Despacho normativo	53/2008	17/10/2008	ESTATUTO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			250.000				

TOTALDA ORGÂNICA

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE RECEITA

Pág. 3 de 3


ORÇAMENTO: 2011 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 5325 UNIVERSIDADE DA MADEIRA

ORGÂNICA : 158040801 UNIVERSIDADE DA MADEIRA - REITORIA

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
			250.000				
TOTAL DO SERVIÇO			16.853.962				


Orçamento da Universidade da Madeira + SASUMa - 2011



UNIVERSIDADE da MADEIRA

		2011					2010					Δ%		
		Orçamento de Estado: Receitas Gerais sem acordos (311)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais com acordos (312)	Receitas Próprias	OUTRAS (FEDER, FSE, ...)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais - PIDDAC (311)	TOTAL	Orçamento de Estado: Receitas Gerais sem acordos (311)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais com acordos (312)	Receitas Próprias	OUTRAS (FEDER, FSE, ...)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais - PIDDAC (311)	TOTAL	10/09
DESPESA	Despesas com o pessoal													
	Remunerações certas e permanentes	11,387,559	126,054	436,317			11,949,930	10,844,923.96	246,092.76	901,027.39	101,119.61		12,093,164	-1%
	Abonos Variáveis ou eventuais	252,667	12,462	22,087	42,962		330,179	227,350.35	6,404.15	137,805.21	58,432.14		429,992	-23%
	Caixa Geral Aposentações (01.03.05.A0.A0)	1,452,265		5,034			1,457,298	494,853.86		583,667.41			1,078,521	35%
	Segurança social - CGA (01.03.xx)	545,973	25,357	76,176			647,506	144,398.83	34,539.75	110,946.75	20,480.45		310,366	109%
	Aquisição de bens e serviços		91,856	2,552,003	339,688		2,983,546		81,926.68	2,160,448.68	299,181.82	33,774.87	2,575,332	16%
	Juros e outros encargos													
	Transferências correntes		68,912	219,500	132,864		421,275	1,571,694.00	112,475.80	234,156.48	169,741.06		2,088,067	-80%
	Subsídios													
	Outras despesas correntes		3,178	41,368	33,294		77,841			144,809.92	83,928.42		228,738	-66%
	Aquisição de bens de capital		73,079	328,907	96,217	75,000	573,203		167,062.98	139,023.75	377,934.32	34,169.96	718,191	-20%
	Transferências de capital													
Activos financeiros														
Outras despesas de capital														
Operações extra-orçamentais														
TOTAL		13,638,464	400,898	3,681,392	645,025	75,000	18,440,779	13,283,221	648,502	4,411,886	1,110,818	67,945	19,522,371	-6%
RECEITA	Propinas e taxas (04)			3,092,835			3,092,835			3,436,247			3,436,247	-10%
	Rendimentos da propriedade			93,501			93,501			133,270			133,270	-30%
	Transferências correntes	11,968,691	249,712	92,717	590,092		12,901,212	13,374,309	406,880	339,596	1,074,774	145,155	15,340,714	-16%
	Venda de bens e serviços correntes			1,252,437			1,252,437	14,910		1,025,310			1,040,220	20%
	Outras receitas correntes			20,000			20,000			17,275			17,275	16%
	Venda de bens de investimento													
	Transferências de capital		154,625		57,081		211,706		297,322		294,970		592,291	-64%
	Activos financeiros													
	Outras receitas de capital					75,000	75,000					97,500	97,500	
	Reposições não abatidas nos pagamentos			5,000			5,000			7,460			7,460	-33%
	Saldo da gerência anterior													
	Operações extra-orçamentais													
TOTAL		11,968,691	404,337	4,556,490	647,173	75,000	17,651,691	13,389,219	704,201	4,959,157	1,369,744	242,655	20,664,977	-15%
SALDO						-789,087	SALDO						1,142,605	

Orçamento da Universidade da Madeira - 2011

		2011					2009					Δ%		
		Orçamento de Estado: Receitas Gerais sem acordos (311)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais com acordos (312)	Receitas Próprias	OUTRAS (FEDER, FSE, ...)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais - PIDDAC (311)	TOTAL	Orçamento de Estado: Receitas Gerais sem acordos (311)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais com acordos (312)	Receitas Próprias	OUTRAS (FEDER, FSE, ...)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais - PIDDAC (311)	TOTAL	10/09
DESPESA	Despesas com o pessoal													
	Remunerações certas e permanentes	10,963,468	126,054	206,168			11,295,690	10,383,355	246,093	703,199	101,120		11,433,767	-1%
	Abonos Variáveis ou eventuais	245,282	12,462	18,034	42,962		318,741	217,636	6,404	133,525	58,432		415,998	-23%
	Caixa Geral Aposentações (01.03.05.A0.A0)	1,404,195		5,034			1,409,228	451,113		583,667			1,034,780	36%
	Segurança social - CGA (01.03.xx)	522,542	25,357	33 558			581,457	123,815	34,540	73,963	20,480		252,798	130%
	Aquisição de bens e serviços		91,856	1,918,177	339,688		2,349,720		59,062	1,668,957.68	298,867	33,774.87	2,060,661	14%
	Juros e outros encargos													
	Transferências correntes		68,912	294,500	132,864		496,275	14,910	112,476	234,156.48	169,741		531,283	-7%
	Subsídios													
	Outras despesas correntes		3,178	40,218	33,294		76,691			144,171.92	83,928		228,100	-66%
	Aquisição de bens de capital		73,079	311,207	96,217	75 000	555,503		58,202	134,301.75	87,885	34,169.96	314,559	77%
	Transferências de capital													
Activos financeiros														
Outras despesas de capital														
Operações extra-orçamentais														
TOTAL		13,135,487	400,898	2,826,896	645,025	75,000	17,083,306	11,190,829	516,776	3,675,943	820,454	67,945	16,271,946	5%
RECEITA	Propinas e taxas (04)			3,092,285			3,092,285			3,435,872			3,435,872	-10%
	Rendimentos da propriedade			92,851			92,851			132,645			132,645	-30%
	Transferências correntes	11,465,714	249,712	167,717	590,092		12,473,235	11,175,919	406,880	239,596	1,044,578	145,155.00	13,012,128	-4%
	Venda de bens e serviços correntes			308,087			308,087	14,910		440,124			455,034	-32%
	Outras receitas correntes			10,000			10,000			9,758			9,758	2%
	Venda de bens de investimento													
	Transferências de capital		154,625		57,081		211,706		297,322		39,364		336,685	-37%
	Activos financeiros													
	Outras receitas de capital					75,000	75,000					97,500	97,500	
	Reposições não abatidas nos pagamentos			5,000			5,000			7,460			7,460	-33%
	Saldo da gerência anterior													
	Operações extra-orçamentais													
TOTAL		11,465,714	404,337	3,675,940	647,173	75,000	16,268,164	11,190,829	704,201	4,265,454	1,083,942	242,655	17,487,082	-7%
SALDO GERÊNCIA INICIAL		0.18	1,025,141	2,125,048	1,370,383	447,860	4,968,432	0.18	837,715	1,523,024	1,106,895	389,281	3,856,916	
SALDO GERÊNCIA FINAL		-1,669,773	1,028,580	2,974,092	1,372,531	447,860	4,153,291	0.18	1,025,141	2,125,048	1,370,383	447,860	4,968,432	
Saldos do exercício por fonte de financiamento		-1,669,772.99	3,439.21	849,044.19	2,148.10									
Resultado de tesouria (exercício)						-815,141	Resultado de tesouria (exercício)						1,215,135	
SALDO FINAL COM SALDOS DE ANOS ANTERIORES						4,153,291	SALDO FINAL COM SALDOS DE ANOS ANTERIORES						4,968,432	

Orçamento dos SASUMa - 2011



2011						2009						Δ%
Orçamento de Estado: Receitas Gerais sem acordos (311)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais com acordos (312)	Receitas Próprias	OUTRAS (610)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais - PIDDAC (311)	TOTAL	Orçamento de Estado: Receitas Gerais sem acordos (311)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais com acordos (312)	Receitas Próprias	OUTRAS (FEDER, FSE, ...)	Orçamento de Estado: Receitas Gerais - PIDDAC (311)	TOTAL	10/09
502,977		276,820			779,797	535,608		239,092			774,700	
424,091		230,149			654,240	461,569		197,828			659,397	
7,385		4,053			11,438	9,714		4,280			13,994	
48,070					48,070	43,741					43,741	
23,431		42,618			66,049	20,584		36,984			57,568	
		633,826			633,826		22,865	491,491	315		514,671	
					0							
					0	1,556,784					1,556,784	
					0							
		1,150			1,150			638			638	
		17,700			17,700		108,861	4,722	290,049		403,632	
					0							
					0							
					0							
					0							
502,977	0	929,496	0	0	1,432,473	2,092,392	131,726	735,943	290,364	0	3,250,425	

502,977		550			550			375			375	
		650			650			625			625	
					502,977	2,198,390		100,000	30,196		2,328,586	
		944,350			944,350			585,186			585,186	
		10,000			10,000			7,517			7,517	
					0							
					0				255,606		255,606	
					0							
					0							
					0							
502,977	0	955,550	0	0	1,458,527	2,198,390	0	693,703	285,802	0	3,177,895	
0	0	26,054	0	0								

Resultado de tesouria (exercício)		26,054	Resultado de tesouria (exercício)		72,530			
SALDO FINAL COM SALDOS DE ANOS ANTERIORES			0	SALDO FINAL COM SALDOS DE ANOS ANTERIORES			0	

Anexo II – Normas de dotação e execução orçamental para o Exercício Económico de 2011

Regras de dotação e normas de execução orçamental da Universidade da Madeira para o exercício económico de 2011

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

O Orçamento da Universidade da Madeira

O Orçamento da Universidade da Madeira para o ano de 2011 é a expressão numérica, integral e sistemática das obrigações que, como máximo, se podem assumir, bem como os direitos que se preveem liquidar no exercício de 2011.

Artigo 2.º

Gestão

A gestão do Orçamento faz-se de acordo com as presentes normas, com os Estatutos da Universidade, publicados no Despacho normativo n.º 53/2008, de 17 de Outubro, com a Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, com as regras que no futuro aprove o Conselho de Gestão, com o Orçamento de Estado, a Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, e alterações), o Regime da Administração Financeira do Estado (Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho), o Orçamento de Estado para 2011, o Decreto-Lei de execução orçamental para o ano de 2011 e demais legislação aplicável.

Artigo 3.º

Diretrizes da atividade económico-financeira

1. A Universidade organizará e desenvolverá os seus sistemas e procedimentos de gestão económico-financeira no estrito cumprimento das disposições legais para alcançar objectivamente os seus fins básicos.
2. As despesas da Universidade ajustam-se, na sua programação e execução, aos princípios da economia, eficácia e eficiência, com a objectividade e transparência exigíveis na administração de recursos públicos.

Artigo 4.º

Princípios orçamentais

1. Princípio da anualidade, a Universidade cumpre o orçamento anual aprovado pelo Conselho Geral.
2. Princípio do equilíbrio ou da unidade de Tesouraria, em que os recursos a auferir têm de cobrir todas as despesas.
3. Os recursos da Universidade destinam-se a satisfazer o conjunto das suas obrigações, excepto se por disposição legal, orçamental ou pela natureza da receita, se estabeleça a sua afectação para um fim determinado.
4. Princípio da não compensação, em que os direitos liquidados e as obrigações reconhecidas aplicar-se-ão pelo seu montante integral, não podendo ser reconhecidas novas obrigações mediante minoração dos direitos a liquidar ou já cobrados.
5. Princípio da não consignação ou da não afectação do produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas, excepto em situações previstas por lei.

6. As dotações orçamentais destinam-se exclusivamente para as finalidades específicas para as quais foram autorizadas no Orçamento ou nas alterações aprovadas de acordo com as presentes normas.

Artigo 5.º

Contabilidade e prestação de contas

1. A Universidade observa, no seu registo contabilístico, as disposições do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação para refletir de forma adequada todas as operações e os seus resultados e para facultar informação sobre o desenvolvimento das suas atividades.
2. A Universidade, na observância do artigo 63.º dos seus Estatutos e do artigo 13.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, consolida as suas contas com as dos Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira.
3. A Universidade está obrigada a aprovar as contas, após parecer do seu Fiscal Único, e prestar contas da sua atividade ao Tribunal de Contas, no prazo de quatro meses após o encerramento do exercício económico.

Artigo 6.º

Competência para autorizar despesas e pagamentos

1. Compete ao Reitor autorizar e ordenar as despesas com recurso às dotações orçamentais da Universidade, bem como com recurso aos fundos cujo titular seja a Universidade da Madeira.
2. O Reitor delega as suas competências de autorização e ordenação de despesas e pagamentos nos termos previstos no artigo 27.º dos Estatutos da Universidade.
3. Os processos de despesas têm suporte documental e, para efeitos económicos, englobam as seguintes fases:
 - a. Autorização da despesa;
 - b. Disposição ou compromisso da despesa;
 - c. Reconhecimento da obrigação;
 - d. Pagamento material.
4. Podem realizar-se operações mistas ou múltiplas que combine várias ou todas as fases enumeradas.

Artigo 7.º

Aprovação da despesa

1. A autorização é o ato mediante o qual se aprova a realização de uma despesa determinada, por uma quantia certa ou aproximada, reservando para tal fim a totalidade ou parte de uma dotação orçamental.
2. Para efeitos de aprovação da despesa têm que ser observados os requisitos gerais da conformidade legal, da regularidade financeira (com inscrição orçamental, classificação económica e cabimento) e da boa gestão financeira (economia, eficiência e eficácia).
3. A aprovação inicia o procedimento de execução da despesa, sem que implique relações com terceiros alheios à Universidade.

Artigo 8.º

Compromisso da despesa

1. O compromisso é o ato mediante o qual se acorda, cumprindo os trâmites legalmente estabelecidos, a realização de despesas previamente aprovadas, por um montante determinado ou determinável.
2. O compromisso com relevância jurídica para com terceiros, vinculando a Universidade à realização da despesa correspondente nas condições estabelecidas.

Artigo 9.º

Reconhecimento da obrigação

1. O reconhecimento da obrigação é o ato mediante o qual se declara a existência de um crédito exigível contra a Universidade, decorrente de uma despesa aprovada e comprometida e que comporta a proposta do pagamento correspondente.
2. O reconhecimento de obrigações da Universidade produz-se apresentando, ao órgão competente, provas documentais do direito do credor, em conformidade com os acordos que aprovaram e comprometeram a despesa.

Artigo 10.º

Pagamento material

1. Sem prejuízo do cumprimento de obrigação de pagamentos de vencimento fixo, quem ordene os pagamentos estabelecerá a ordem da sua prioridade consoante as disponibilidades da Tesouraria, devendo atender preferencialmente à antiguidade das ordens de pagamento.
2. A Tesouraria realizará o pagamento material aos credores, em cujo favor estiverem emitidas as ordens de pagamento, preferencialmente por transferência bancária.
3. Os pagamentos devem ser efectuados no prazo de 30 dias após a entrega das respectivas facturas.
4. A não observância do estipulado no número anterior, deve ser substantivamente justificado.

Artigo 11.º

Direitos económicos

1. Não se podem alienar, agravar nem arrendar os direitos económicos da Universidade, excepto nos casos previstos na Lei.
2. Não se podem conceder isenções, bonificações, perdões, descontos ou moratórias no pagamento dos direitos à Universidade, excepto nos casos e na forma que determine a Lei.
3. Compete ao Conselho de Gestão, ou aos seus membros, reconhecer a natureza incobrável dos direitos da Universidade.

Artigo 12.º

Adiamento e fraccionamento

1. Podem ser adiados ou fraccionados os pagamentos dos montantes em dívida para com a Universidade, por resolução do Conselho de Gestão, quando a situação financeira do devedor o impedir, temporariamente, de efetuar o pagamento.
2. Pelo adiamento e fraccionamento do pagamento dos montantes em dívida são cobrados juros de mora e são estabelecidas as garantias necessárias para a sua cobrança.

Artigo 13.º

Prescrição dos direitos

1. Os direitos da Universidade declarados prescritos são abatidos das contas, por resolução do Conselho de Gestão.
2. A Administradora poderá determinar a anulação e abatimento contabilístico dos direitos cujo montante em dívida seja insuficiente para fazer face ao custo da sua cobrança.

Artigo 14.º

Obrigações

1. As obrigações económicas da Universidade decorrem da Lei, dos negócios jurídicos e dos atos de Direito que as produzam.
2. As obrigações de pagamento só são exigíveis à Universidade quando resultem da execução dos seus orçamentos, de sentenças transitadas em julgado ou de operações extraorçamentais devidamente autorizadas.
3. Se as obrigações decorrerem de entregas de bens ou prestações de serviços à Universidade, o pagamento só pode ser emitido após verificação da conformidade dos bens e serviços a que respeitam.
4. Não poderá constituir obrigação de pagamento se o credor não tiver cumprido ou garantido a sua obrigação associada, excepto nos casos previstos pelas presentes normativas.

Artigo 15.º

Juros de mora

1. Na determinação do pagamento de juros de mora, é observado o disposto na Lei, que estabelece medidas de luta contra a morosidade nas operações comerciais.
2. A ocorrência de juros moratórios por atrasos nos pagamentos é imputada aos respectivos serviços responsáveis.

Artigo 16.º

Prescrição das obrigações

1. Das obrigações de natureza económica da Universidade, sem prejuízo do estabelecido em leis especiais, prescrevem ao final de cinco anos:
 - a. O direito ao reconhecimento ou liquidação de qualquer obrigação que não seja solicitado contra a apresentação de documentos justificativos, contando o prazo da data em que se concluiu o serviço ou a prestação que determinava a obrigação ou desde o dia em que o direito se podia exercer;
 - b. O direito a exigir o pagamento das obrigações já reconhecidas ou liquidadas, se não for reclamado pelos legítimos titulares dos direitos, contando o prazo a partir da data de notificação, do reconhecimento ou liquidação da respectiva obrigação.
2. Sem prejuízo do estabelecido em leis especiais, o prazo da prescrição suspende de acordo com as normas do Código Civil.
3. As obrigações prescritas da Universidade são abatidas das respectivas contas, por resolução do Conselho de Gestão.

Capítulo II

O orçamento e as suas alterações

Artigo 17.º

Dotações iniciais

O orçamento da Universidade é financiado por:

- a. Dotações concedidas pelo Estado ou pela Região Autónoma da Madeira;
- b. Rendimentos de bens próprios ou de que tenha a fruição;
- c. Receitas provenientes do pagamento de propinas;
- d. Receitas decorrentes da prestação de serviços;
- e. Subsídios, subvenções, participações, doações, heranças e legados;
- f. Produto da venda de bens, quando autorizada por lei;
- g. Saldos da conta de gerência de anos anteriores;
- h. Produto de taxas, emolumentos, multas e penalidades;
- i. Quaisquer outras receitas que legalmente lhe advenham.

Artigo 18.º

Globalidade das receitas e despesas

As receitas da Universidade destinam-se a suportar as despesas decorrentes das atividades próprias da Universidade no seu todo, embora algumas dotações possam estar vinculadas a atividades específicas, como por exemplo no caso particular dos projetos de investigação.

Artigo 19.º

Aplicação das dotações

1. Só se podem contrair, com recurso às dotações orçamentadas, obrigações decorrentes de aquisições, obras, serviços e outras prestações ou gastos gerais devidamente enquadradas no orçamento vigente.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são admitidas as obrigações resultantes da liquidação de atrasos a favor dos trabalhadores cujas remunerações onerem o orçamento da Universidade.
3. O titular do Centro de Custo fundamentará as propostas de despesa em função das necessidades específicas do respectivo Centro de Custo.
4. Quando for detectada a realização de uma despesa sem o devido enquadramento, o Conselho de Gestão, ou o responsável com delegação de competências para o efeito, tomará as resoluções suficientes e necessárias para sanar as deficiências detectadas.

Artigo 20.º

Prolongamento do orçamento

1. Se o orçamento não for aprovado, em sede de Conselho Geral, antes do primeiro dia do exercício económico, considera-se automaticamente prolongado, até à data de aprovação do novo, o prazo de vigência do último orçamento aprovado.
2. O prolongamento não afecta as dotações correspondentes a atuações que terminem no exercício cujo orçamento se prolonga ou as obrigações que se extinguem no mesmo.
3. A estrutura orgânica do orçamento prolongado é adaptada, sem alteração do montante total, à organização administrativa em vigor no exercício a executar.

Artigo 21.º

Classificação das dotações

As dotações orçamentais classificam-se de acordo com:

- a. Critérios orgânicos;
- b. Critérios funcionais;
- c. Critérios económicos.

Artigo 22.º

Vinculação das dotações

1. As dotações para despesas destinam-se exclusivamente à finalidade específica prevista no Orçamento ou nas alterações orçamentais aprovadas de acordo com as presentes normas.
2. As dotações destinadas a despesas de pessoal, despesas correntes em bens e serviços e investimentos têm carácter vinculativo ao nível de cada centro de custo.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as dotações autorizadas para as despesas têm carácter limitativo e vinculativo ao nível da natureza da despesa por cada Centro de Custo.
4. Não são inscritos compromissos por um montante superior ao montante das dotações autorizadas, dependendo do estado dos direitos, sendo nulos os atos e as disposições que infrinjam esta norma.
5. Os centros de custo com financiamento externo têm essas dotações disponíveis para execução quando a entidade financiadora assine com a Universidade da Madeira um convénio ou contrato reconhecendo a obrigação correspondente.
6. Nas situações descritas no número anterior, a disponibilização das dotações, antes do ingresso na Tesouraria da Universidade do montante concedido pela entidade externa, está limitado às disponibilidades de tesouraria e a um adiantamento máximo de 25% do montante em falta.
7. Não se considera garantia suficiente, para a disponibilização de uma dotação, a notificação, por parte de uma entidade financiadora externa, da concessão de financiamento.

Artigo 23.º

Alterações das dotações

1. As dotações inicialmente autorizadas podem ser objecto de alterações orçamentais de acordo com as presentes normas, os Estatutos da Universidade da Madeira e a legislação vigente aplicável.
2. As alterações orçamentais podem resultar de:
 - a. Transferências de dotações;
 - b. Aumentos de dotações;
 - c. Dotações extraordinárias;
 - d. Incorporações de dotações.
3. As alterações das dotações, são realizadas em primeira instância pela Unidade Económica e Financeira, com a aprovação expressa da Administradora.
4. A Unidade Económica e Financeira pode realizar as alterações orçamentais necessárias para regularizar os fundos de maneo e para imputar as despesas gerais às unidades orgânicas.

Artigo 24.º

Transferências de dotações

1. A transferência consiste na passagem, da totalidade ou parte, da dotação de uma rubrica orçamental para outra, ou de um centro de custo para outro, na qual existe um défice ao longo do exercício orçamental.
2. As transferências de dotações implicam uma alteração na distribuição das dotações, sem que haja um aumento do Orçamento da Universidade.
3. As transferências de dotações para fazer face a despesas financeiras e coimas são autorizadas pelo Reitor ou qualquer membro do Conselho de Gestão.
4. A realização de transferências de dotações, que são obrigatoriamente fundamentadas por escrito pelos titulares dos Centros de Custo envolvidos, pressupõe a autorização para efetuar as correspondentes propostas de despesas.
5. Não se podem diminuir as dotações que foram aumentadas, nem se podem aumentar dotações que foram diminuídas, mediante outras transferências de dotações.

Artigo 25.º

Aumento de dotações

1. Excepcionalmente, poderá haver aumento das dotações, nas condições previstas neste número, para fazer face a:
 - a. progressões automáticas nas carreiras dos trabalhadores da Universidade;
 - b. alterações do posicionamento remuneratório decorrente da avaliação do desempenho dos trabalhadores da Universidade;
 - c. aumentos dos salários e contribuições obrigatórias impostos por normas legais;
 - d. resoluções administrativas ou sentenças judiciais transitadas em julgado.
2. O financiamento dos aumentos de dotações só se poderá realizar com recurso aos saldos dos exercícios anteriores ou a receitas superiores às inicialmente previstas.
3. Não se podem aumentar as dotações que foram diminuídas para financiar as atuações descritas no número 1.

Artigo 26.º

Dotações Extraordinárias

1. As dotações extraordinárias são alterações que incrementam as dotações como resultado da realização de determinadas receitas não previstas ou superiores às contempladas no orçamento inicial.
2. As dotações podem ser incrementadas, nomeadamente, por realização de receitas de:
 - a. Vendas de bens e prestações de serviços;
 - b. Pagamentos de dívidas;
 - c. Receitas afectas à realização de atuações determinadas.
3. Quando as receitas sejam geradas por atuações enquadradas em centros de custo já extintos, os incrementos das dotações são contabilizados, sempre que possível, nos centros de custo que sejam continuações dos anteriormente extintos.

Artigo 27.º

Incorporação de dotações

1. As dotações para despesas que no último dia do exercício não estejam afectas ao cumprimento de obrigações já reconhecidas (pedido interno) são anuladas de pleno direito.
2. Podem ser incorporadas às correspondentes dotações de um exercício os saldos das dotações do exercício anterior, somente as afectas à realização de atuações com

- carácter plurianual e as necessárias para satisfazer as aquisições não concluídas no exercício cessante.
3. As incorporações de dotações somente se realizam com recurso ao saldo das receitas cobradas que no final do exercício anterior não tenha sido afecto ao cumprimento de obrigações.
 4. São cativados os saldos remanescentes dos centros de custos cujas atividades terminaram até ao final de 2010.
 5. Por cada nova edição de atividades com realização periódica (ações de formação, prestação de serviço, entre outras), deverá ser criado um novo centro de custo.
 6. Os saldos finais provenientes de prestações de serviços, após apuramento dos custos totais, podem ser aplicados mediante apresentação de proposta de projeto, conforme previsto no número 3 do artigo 8º do Regulamento da Prestação de Serviços.
 7. As transições de saldos finais entre centros de custo requerem a aprovação prévia do Conselho de Gestão.

Capítulo III

Dotações dos Centros de Custo

Artigo 28.º

Preparação de orçamentos de base zero

1. Para enfrentar as dificuldades que se avizinham, devemos realizar um esforço para melhorar a nossa eficiência e produtividade e os orçamentos dos Centros de Competência, dos Colégios, dos Centros de Investigação e das unidades funcionais da UMa são implementados utilizando a abordagem de orçamento de base zero, no tocante às dotações atribuídas pela UMa.
2. O orçamento de base zero, em contraponto com o orçamento incremental, permite:
 - a. Uma utilização eficiente dos recursos baseada nas necessidades;
 - b. Um maior enfoque em novas iniciativas;
 - c. Identificação e eliminação de atividades não produtivas;
 - d. Alinhamento entre o orçamento e a estratégia e objetivos da unidade.
3. Os titulares dos centros de custo devem enviar a sua proposta de orçamento de base zero para o Conselho de Gestão, até ao dia 14 de Janeiro de 2011, com a indicação do orçamento que necessitam para realizar as atividades planeadas para 2011.
4. A proposta de orçamento deve indicar, para cada dotação solicitada, a justificação do gasto e a sua importância relativa, sob a forma de uma lista ordenada, no contexto do plano das atividades propostas para a unidade.

Artigo 29.º

Orçamentos de base zero

1. A Universidade disponibiliza um montante global de 500.000 euros, a repartir pelos centros de custo dos:
 - a. Centros de Competência;
 - b. Colégios;
 - c. Gabinetes;
 - d. Centros de Investigação;
 - e. Direções de Serviço.

2. As propostas de orçamento dos diferentes centros de custo são analisadas pelo Conselho de Gestão que procede a eventuais correções e comunica fundamentadamente a sua decisão aos interessados.
3. As dotações atribuídas aos centros de custo são finais e são utilizados nos termos do número 1 do artigo 22.º.
4. As despesas dos centros de custo não excedem o montante da dotação orçamental corrigida de cada centro.
5. Se, por força de circunstâncias extraordinárias não previsíveis, um centro de custo necessitar de realizar, no decorrer do exercício económico, alguma despesa que supere a dotação disponível nesse momento, deverá apresentar uma solicitação ao Conselho de Gestão para análise e autorização, se considerada procedente.

Artigo 30.º

Utilização dos espaços pelos Centros de Competência e Centros de Investigação

Para suportar a utilização dos espaços ocupados é atribuído:

- a. 840€/ETI docente/ano a cada Centro de Competência;
- b. 840€/ano/ETI investigador, a cada Centro de Investigação, que não conste da alínea anterior e tenha capacidade eleitoral para os órgãos do Centro de Competência onde o Centro de Investigação está integrado;
- c. Um montante, a cada Centro de Investigação, calculado de acordo com o estipulado na tabela seguinte, em função do número de investigadores doutorados e alunos de doutoramento.

Tabela 1*. Montantes a distribuir aos Centros de Investigação

Centro	Por investigador doutorado com capacidade eleitoral para os órgãos dos CC	Por aluno de doutoramento inscrito na UMa a desenvolver trabalho no CI
CCM	155€/ano	155€/ano
CEEApIA	66€/ano	66€/ano
CIE	162€/ano	162€/ano
CQM	858€/ano	300€/ano

* Utilizando os rácios definidos pela University Grants Committee

Artigo 31.º

Aquisição e inventariação de bens

1. A gestão da aquisição de bens e serviços compete à Unidade de Aprovisionamento e Património, quando:
 - a. O montante da aquisição supere os 5.000 euros (sem IVA);
 - b. Se trate de processos de aquisição de viagens ou bibliografia;
 - c. Solicitado pelo titular do Centro de Custo.
2. Nos casos não previstos no número anterior a gestão da aquisição bens e serviços compete:
 - a. Ao Secretariado dos Centros de Competências quando as despesas forem imputáveis aos centros de custos dos Centros de Competências;

- b. Ao Secretariado dos Colégios e Projetos de Formação quando as despesas forem imputáveis aos Centros de Custos dos Colégios e projetos de formação.
3. Não é permitido o fraccionamento das aquisições, de acordo com a definição legal deste conceito, para impedir que os montantes envolvidos superem o limite estabelecido na alínea a) do número 1, e a sua prática implica a abertura de um procedimento disciplinar, ao abrigo da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, aos intervenientes em tal prática.
4. É necessário apresentar três orçamentos em todas as aquisições de valor superior a 5.000,00 euros, excepto nos casos devidamente justificados com declaração do titular do centro de custo.
5. Os titulares dos centros de custo respondem pela correta utilização, manutenção e guarda dos bens inventariáveis adquiridos ao abrigo dos respectivos centros de custo.

Artigo 32.º

Dotações procedentes de financiamentos de projetos por entidades externas

1. As receitas provenientes de financiamentos específicos concedidos por entidades externas são utilizadas pelos titulares dos correspondentes centros de custo para suportar as despesas originadas pelos projetos ou atividades para os quais tenham sido explicitamente concedidos.
2. A gestão administrativa das despesas compete ao Gabinete de Planeamento, Projetos e Cooperação, GPC, que procederá de acordo com:
 - a. As solicitações do titular do centro de custo;
 - b. Os critérios e as especificações emanados pelas entidades externas que concederam os financiamentos;
 - c. As normativas da Universidade e a leis gerais aplicáveis.
3. Para poder tramitar as despesas das atividades, o correspondente centro de custo deverá dispor de saldo suficiente.
4. Nos casos em que as despesas decorrentes da execução das atividades devam ser tramitadas antes da disponibilidade orçamental referida no número anterior, a Administradora poderá autorizar a disponibilização da dotação para a materialização das atividades até ao limite fixado pelo número 6 do artigo 22.º.
5. Os adiantamentos concedidos são repostos quando os montantes das dotações orçamentais sejam disponibilizados pelas entidades financiadoras.
6. As despesas entretanto suportadas pela Universidade e consideradas não elegíveis pelas entidades financiadoras, por motivo de incumprimento dos critérios ou negligência na gestão imputáveis ao titular pelo centro de custo, são satisfeitas, sempre que possível, mediante proposta de imputação de despesas suportadas pela Universidade, ou por receitas geradas pelo titular do centro de custo.
7. Quando o titular pelo centro de custo pretenda alterar as dotações orçamentais, deverá apresentar essas propostas à entidade financiadora externa dando conhecimento das pretensões ao GPC.

Artigo 33.º

Dotações procedentes de financiamentos de prestações de serviço

1. As receitas provenientes de financiamentos específicos concedidos por entidades externas são utilizadas pelos titulares dos correspondentes centros de custo para suportar as despesas originadas pelos projetos ou atividades para os quais tenham sido explicitamente concedidos.
2. A gestão administrativa das despesas compete à Direção de Serviços Administrativos e Financeiros, DSAF, que procederá de acordo com:
 - a. As solicitações do titular do centro de custo;

- b. Os critérios e as especificações emanados pelas entidades externas que concederam os financiamentos;
 - c. As normativas da Universidade e a leis gerais aplicáveis.
- 3. Para poder tramitar as despesas das atividades, o correspondente centro de custo deverá dispor de saldo suficiente.
- 4. Nos casos em que as despesas decorrentes da execução das atividades devam ser tramitadas antes da disponibilidade orçamental referida no número anterior, a Administradora poderá autorizar a disponibilização da dotação para a materialização das atividades até ao limite fixado pelo número 6 do artigo 22.º.
- 5. Os adiantamentos concedidos são repostos quando os montantes das dotações orçamentais sejam disponibilizados pelas entidades financiadoras.
- 6. Quando o titular pelo centro de custo pretenda alterar as dotações orçamentais, deverá apresentar essas propostas à entidade financiadora externa dando conhecimento das pretensões à Administradora.

Artigo 34.º

Dotações dos Ciclos de Estudo não integrados nos Colégios

- 1. A gestão financeira dos Ciclos de Estudos não integrados nos Colégios é realizada pelo titular do correspondente centro de custo de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Gestão para cada um dos Ciclos de Estudos.
- 2. As dotações atribuídas aos centros de custo destes Ciclos de Estudos são finais e são utilizados para suportar exclusivamente as despesas de funcionamento de cada Ciclo de Estudos.
- 3. As despesas dos centros de custo não excedem o montante da dotação orçamental de cada centro de custo.
- 4. Se, por força de circunstâncias extraordinárias não previsíveis, um centro de custo necessitar de realizar, no decorrer do exercício económico, alguma despesa que supere a dotação disponível nesse momento, deverá apresentar uma solicitação ao Conselho de Gestão para análise e autorização, se considerada procedente.

Artigo 35.º

Organização de workshops e de encontros científicos e de divulgação

- 1. A proposta de organização de workshops, congressos e outras reuniões científicas, que envolvam despesas para a Universidade, são apresentadas com uma antecedência mínima de 45 dias corridos ao Conselho de Gestão, que determinará, quando proceda, os requisitos e normas de execução financeira de cumprimento obrigatório para a realização dos referidos eventos.
- 2. Na proposta prevista no número anterior, o responsável deve incluir um orçamento para a realização da ação, incluindo uma previsão de receitas, despesas e necessidades de adiantamento de dotações.
- 3. Nos casos em que as despesas decorrentes da execução das atividades devam ser tramitadas antes da disponibilidade orçamental referida no número anterior, a Administradora poderá autorizar a disponibilização da dotação para a materialização das atividades até ao limite fixado pelo número 6 do artigo 22.º.

Artigo 36.º

Contratação de pessoal com recurso a dotações de projetos e prestações de serviço

A contratação a termo de pessoal necessário para o desenvolvimento de projetos de investigação e prestações de serviço, faz-se de acordo com a legislação em vigor, os Regulamentos de Contratação, de Seleção e Recrutamento e de Bolsas da Universidade.

Artigo 37.º

Apoios concedidos pela Universidade da Madeira

1. Os apoios concedidos pela Universidade a pessoas ou entidades regulam-se pelo disposto neste artigo e pelas normativas específicas de cada um desses apoios.
2. Considera-se um apoio qualquer disposição económica acordada pela Universidade a favor de pessoas ou entidades para o desenvolvimento de atividades de interesse especial para a Universidade.
3. Os apoios com recurso a dotações orçamentais iniciais, que não têm uma atribuição nominal, e que afectem um colectivo geral ou indeterminado de potenciais beneficiários, devem conceder-se observando os princípios de publicidade, concorrência e objectividade.
4. Relativamente aos apoios referidos no número anterior, quando não exista um regulamento previamente estabelecido, os órgãos da Universidade que anunciam a convocatória devem fixar as normas aplicáveis à concessão dos apoios, ouvido o Conselho de Gestão da Universidade, e torná-las públicas.
5. Das normas para a concessão dos apoios devem constar, no mínimo:
 - a. A definição do objecto do apoio;
 - b. Os requisitos necessários para obter o apoio e a forma de os demonstrar;
 - c. O prazo e a forma dos beneficiários demonstrarem o cumprimento da finalidade para a qual se concede o apoio;
 - d. A forma de concessão do apoio;
 - e. A obrigação do beneficiário de fornecer toda a informação requerida pelos órgãos de controlo e acompanhamento.
6. Os beneficiários estão obrigados a finalizar as atividades que fundamentam a concessão do apoio e a demonstrá-lo ao órgão da Universidade que concede o apoio.
7. Não são concedidos apoios a pessoas ou entidades que tenham pendentes as justificações de apoios anteriormente concedidos pela Universidade.
8. O montante do apoio não é atribuído, ou é exigida a sua devolução, quando:
 - a. O apoio tiver sido concedido sem reunir as condições exigidas para o efeito;
 - b. Se verifique o incumprimento da finalidade para a qual o apoio foi concedido.
 - c. Se verifique o incumprimento da obrigação de justificação.
9. Os montantes de apoio concedidos e não executados são reintegrados no Orçamento da Universidade.

Capítulo IV

Gestão das despesas

Artigo 38.º

Processo de gestão dos centros de custo

1. As unidades que operem para efeitos orçamentais como centros de custo, têm como titular único uma pessoa que é a responsável pela aplicação das dotações.

2. Não podem ser constituídos centros de custo de natureza individual.
3. Os centros de custo dispõem de uma denominação e de um código que lhes é atribuído pela Unidade Económica e Financeira.
4. Os titulares de cada centro de custo podem aplicar as dotações orçamentadas, de acordo com as presentes normas, na medida em que se disponibilizem.
5. Os centros de custo que beneficiem de doações, com ou sem carácter inventariável, devem comunicá-lo à Direção de Serviços Administrativos e Financeiros e, quando aplicável, preencher as correspondentes fichas de inventário.

Artigo 39.º

Da contratação

1. A Universidade da Madeira, no exercício da sua personalidade jurídica, poderá formalizar os contratos necessários para o cumprimento dos seus fins e tem para o efeito todas as prerrogativas concedidas pela Lei geral.
2. Como instituição pública, e respeitando o princípio da autonomia universitária, observam-se as seguintes normas na celebração dos contratos pela Universidade:
 - a. Os pareceres jurídicos ou técnicos exigíveis pela legislação antes da celebração dos contratos são elaborados pelos órgãos competentes da Universidade, ou por quem esta designe;
 - b. A competência para contratar cabe ao Reitor, de acordo com os estatutos da Universidade, podendo esta competência ser delegada de forma nominal;
 - c. A fiscalização dos contratos é realizada pelos órgãos competentes da Universidade.
3. A tramitação dos processos de contratação pode ser classificada como:
 - a. Comum, para a grande maioria das propostas de aquisição;
 - b. Urgente, em situações excepcionais e devidamente justificadas, quando a necessidade fosse inadiável e cuja adjudicação seja imperativo acelerar por razões de interesse público, e para o efeito o processo deverá conter uma declaração de urgência, devidamente fundamentada, dirigida ao Reitor.
4. Por regra, os contratos devem ser reduzidos a escrito através de clausulado em suporte papel ou suporte informático com a aposição de assinatura electrónica, mas podem ser dispensados da redução a escrito os contratos previstos no artigo 95.º do CCP.
5. Todos os fornecedores são elegíveis desde que não apresentem nenhum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.

Artigo 40.º

Procedimentos e formas de adjudicação nos contratos

1. Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, é estabelecida a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
2. O novo código tem por objetivos a simplificação, a eficiência, a transparência, a rapidez de procedimentos e a responsabilização e são princípios básicos do CCP a concorrência, a igualdade e a transparência.
3. Os procedimentos de contratação são os seguintes:
 - a. Ajuste direto;
 - b. Concurso;
 - c. Concurso limitado por prévia qualificação;
 - d. Procedimento de negociação;
 - e. Diálogo concorrencial

4. A adjudicação terá por base a adopção de um dos seguintes critérios:
 - a. Proposta economicamente mais vantajosa;
 - b. Preço mais baixo, desde que o caderno de encargos defina todos os critérios resultantes da execução do contrato.
5. O CCP determina que todas as compras passem a ser realizadas exclusivamente por via electrónica em Plataformas Electrónicas de Contratação, e a Universidade adoptou a Plataforma Electrónica de Contratação *Construlink* que permitirá otimizar e gerir todo o processo aquisitivo até à formação do contrato.

Artigo 41.º

Ajudas de custos, despesas de alojamento e despesas de transporte

1. De acordo com a legislação em vigor, só podem ser atribuídas ajudas de custo para as deslocações efectuadas em missão.
2. O montante das ajudas de custo a abonar, quando devidas, é fixado anualmente por despacho do Ministério das Finanças.
3. As despesas relacionadas com o alojamento e transporte decorrente das deslocações efectuadas utilizando a figura de equiparado a bolseiro, ou a figura de dispensa de serviço, só podem ser imputadas a centros de custo cujas dotações foram constituídas na totalidade com recursos providos de entidades externas à Universidade.
4. Não podem ser atribuídas ajudas de custo, despesas de transporte ou de alojamento se o viajante for o beneficiário de ajudas ou apoios, concedidos por qualquer entidade, para esse efeito.

Artigo 42.º

Despesas de Representação

1. Os titulares dos centros de custo dos Centros de Competência e da Reitoria podem imputar, aos correspondentes Centros de Custo, despesas de representação derivadas de atos de protocolo e representação, solenidades, recepções e visitas de autoridades que tenham necessidade de realizar no desempenho das suas funções.
2. As despesas de representação estão devidamente fundamentadas e deverá ser demonstrado o benefício ou utilidade, delas decorrentes, para a Universidade.
3. Nesta modalidade, somente são enquadráveis despesas de restauração ou relacionadas com pequenas ofertas de carácter institucional.
4. As despesas de representação imputadas não são acumuláveis com o pagamento de ajudas de custo.
5. Aos beneficiários das despesas de representação é deduzido o correspondente subsídio de refeição.
6. Todas as propostas de despesas de representação devem ter a autorização prévia de um membro do Conselho de Gestão.
7. Apenas são assumidas as despesas que se encontrem previamente autorizadas.
8. As despesas de representação devem respeitar os limites previstos na tabela de ajudas de custo, salvo situações devidamente justificadas e fundamentadas.

Artigo 43.º

Pagamentos a conferencistas e consultores

1. Aos pagamentos efectuados a conferencistas e consultores, com ou sem vínculo contratual à Universidade, residentes ou não-residentes, aplica-se a legislação fiscal vigente em matéria de retenção de Imposto sobre o Rendimento e Imposto sobre o Valor Acrescentado, IVA.

2. Para efeitos de referência dos valores diários a pagar, recomenda-se a utilização da tabela do CRUP.

Artigo 44.º

Custos e despesas gerais

1. Os custos e despesas gerais decorrentes da manutenção e reparação das instalações, as despesas decorrentes da contratação dos serviços de segurança e limpeza, do fornecimento de eletricidade, água, gás e telecomunicações são suportados pela Universidade no seu todo, mas devem ser imputadas aos centros de custo dos Centros de Competência e dos Centros de Investigação.
2. A imputação dos custos e despesas gerais, referidas na alínea anterior, faz-se com base no princípio do utilizador-pagador, em função da área útil das instalações utilizadas por cada um dos Centros de Competência e dos Centros de Investigação.
3. A imputação dos custos e despesas gerais é realizada pelo montante de 5€/m²/mês.

Artigo 45.º

Cativação de dotações

Das dotações atribuídas, é anualmente cativado aos Centros de Investigação e Centros de Competência um montante correspondente a 5€/m²/mês pelos espaços físicos por eles utilizados.

Artigo 46.º

Reembolsos

Os reembolsos foram considerados, pelo Tribunal de Contas, como violando as normativas legais, razão pela qual se adoptam as seguintes normas:

- a. As despesas devem estar previamente enquadradas e cabimentadas para que delas possa haver direito a reembolso;
- b. Os reembolsos estão limitados a um máximo de 10% da dotação orçamental inicial de cada Centro de Custo;
- c. São admitidos reembolsos decorrentes de despesas de representação e despesas associadas a deslocações, dentro dos limites estabelecidos pela lei:
 - i. Transportes;
 - ii. Alojamento;
 - iii. Restauração;
 - iv. Ajudas de custo.
- d. São admitidos reembolsos decorrentes de inscrições em congressos, conferências e seminários quando a Unidade de Aprovisionamento e Património constata que, na observância dos seus normais procedimentos, não pode efetuar as inscrições em tempo útil.

Artigo 47.º

Aquisições transnacionais

1. Os bens e serviços que não se encontrem disponíveis no mercado nacional podem ser adquiridos noutros mercados por transação intracomunitária ou importação direta, contra a entrega dos seguintes documentos:
 - a. Factura comercial da entidade fornecedora;
 - b. Certificado de origem;
 - c. Certificado de seguro;
 - d. Notificação de envio;
 - e. Certificado de garantia.

- f. Pedido de isenção de pagamento de custos alfandegários, nas situações aplicáveis
2. Aos valores cobrados pelos fornecedores é acrescido o correspondente IVA, para efeitos de entrega à Direção Geral do Tesouro.

Artigo 48.º

Fundo de maneo

1. A utilização do fundo de maneo para suportar despesas é uma situação excepcional, para fazer face a pequenas aquisições nas quais não se podem seguir os procedimentos normais de aquisição de bens e serviços.
2. Pela sua natureza o fundo de maneo utiliza-se para pagamentos de pequeno montante, urgentes, imprevisíveis e inadiáveis.
3. Consideram-se de pequeno montante as despesas de valor global igual ou inferior a 200 euros.
4. A competência para autorizar a realização e o pagamento das despesas é do titular do fundo de maneo, que é designado por despacho nominal no início de cada exercício.
5. Cada despesa suportada pelo fundo de maneo deverá ser acompanhada por uma justificação concreta da necessidade para um Centro de Custo específico.
6. O titular deverá proceder à reposição e prestação de contas do fundo de maneo, nos moldes definidos pelo Regulamento do Fundo de Maneio da Universidade.

Capítulo V

Execução orçamental das receitas

Artigo 49.º

Normas

1. Para que o registo contabilístico espelhe com a maior exatidão a execução orçamental, as Unidades Orgânicas da Universidade não podem receber, por si ou por qualquer das suas subunidades, receitas ou recursos provenientes de Contratos, Cursos ou Convénios.
2. É solicitado aos pagadores que os ingressos devidos se efetuem através das contas oficiais da Universidade da Madeira.
3. A Universidade poderá ceder temporariamente a utilização das suas instalações para a realização de atividades ou serviços organizados por entidades ou associações externas que tenham uma finalidade afim e/ou compatível com a Universidade.
4. As receitas geradas por estas atividades podem ser incorporadas no Orçamento da Universidade, por acordo com as entidades externas promotoras das atividades.

Artigo 50.º

Devolução de receitas

1. Os pagamentos por devolução de receitas têm por finalidade a reintegração no património do detentor do interesse dos montantes ingressados pela Universidade, sempre que existam motivos legais que justifiquem a devolução.
2. O processo de devolução conterá os seguintes dados:
 - a. Origem do montante que dá lugar à devolução, a quantia e a data do pagamento que o motiva;
 - b. Base legal que motiva a devolução;
 - c. Originais dos documentos emitidos pela Universidade;

- d. Nome ou denominação social do titular do interesse do montante devolvido.
3. A Administradora, por delegação do Conselho de Gestão, analisados os dados recebidos e emitirá a resolução oportuna que é comunicada ao titular do interesse e à Unidade Económica e Financeira.
4. As devoluções de receitas que cumpram os requisitos anteriores, são efectuadas mediante anulação ou minoração dos direitos entretanto cobrados, registando-se a operação no exercício correspondente.
5. Quando a devolução decorra da correção de um erro material, a reintegração é realizada diretamente pela Unidade Económica e Financeira, por proposta o Centro de Custo correspondente.

Capítulo VI

Função fiscalizadora

Artigo 51.º

Definição

1. A função fiscalizadora tem por objectivo controlar, antes que sejam aprovados, os atos da Universidade da Madeira que originem o reconhecimento de direitos ou a realização de despesas, bem como as receitas e pagamentos que deles derivem, e o investimento ou aplicação, em geral, dos seus fundos com o propósito de assegurar que a gestão se ajusta às disposições aplicáveis em cada caso.
2. A fiscalização prévia dos direitos e receitas da Universidade poderá ser substituída por verificações efectuadas pelas entidades fiscalizadoras antes do encerramento definitivo do exercício.
3. A função fiscalizadora compete:
 - a. Ao Fiscal único em todos os casos;
 - b. Ao Conselho de Gestão em todos os casos não decorrentes das suas próprias decisões;
 - c. À Administradora em todos os casos, por delegação do Conselho de Gestão;
 - d. À Direção de Serviços Administrativos e Financeiros, e suas unidades, por subdelegação da Administradora;
 - e. Ao Gabinete de Planeamento, Projetos e Cooperação, por delegação do Conselho de Gestão, nas despesas propostas ou realizadas no âmbito dos projetos.

Artigo 52.º

Modalidades de exercício

O exercício da função fiscalizadora compreende:

- a. A fiscalização prévia dos atos que produzam direitos de conteúdo económico, aprovem despesas ou criem compromissos de despesa;
- b. A fiscalização do reconhecimento das obrigações e da verificação do investimento.

Artigo 53.º

Não sujeição à fiscalização prévia

Não são necessariamente submetidos à fiscalização prévia prevista na alínea a) do artigo anterior:

- a. As despesas de carácter periódico e sucessivo, uma vez fiscalizada a despesa correspondente ao período inicial do ato ou contrato do qual derivem;
- b. As despesas cujo pagamento se realize com recurso ao fundo de maneo;
- c. As despesas que derivem da utilização de apoios e subvenções da Universidade, que são regidas pelas cláusulas estabelecidas para a sua concessão.

Artigo 54.º

Resoluções

1. Se o órgão de fiscalização, na sua atuação, se manifestar em desacordo com o conteúdo dos atos examinados ou com o procedimento seguido para a sua adopção, formulará as suas reservas por escrito, mencionando as normas legais aplicáveis, e a continuação do procedimento é suspensa até que sejam sanadas as deficiências observadas.
2. Quando o titular do centro de custo envolvido não aceite as reservas formuladas, poderá formular, por escrito, ao órgão fiscalizador a sua divergência mencionando as normas legais que sustentam a sua alegação.
3. Se as reservas levantadas pelo órgão de fiscalização se mantiverem, competirá à Administradora, ou ao Conselho de Gestão, adoptar a decisão definitiva.

Capítulo VII

Encerramento do orçamento

Artigo 55.º

Normas de encerramento do orçamento

1. O exercício orçamental do ano de 2011 coincidirá com o ano natural e a ele são imputados os direitos reconhecidos durante o mesmo, qualquer que seja o período no qual se tenham produzido as obrigações reconhecidas a 31 de Dezembro de 2011.
2. O orçamento do exercício de 2011 é liquidado, assim que a cobrança dos direitos e o pagamento das obrigações de 31 de Dezembro de 2011 seja efectuado.

Capítulo VIII

Disposições finais

Artigo 56.º

Casos omissos e normas transitórias

1. As presentes normas entram em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo Conselho Geral, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.
2. A vigência destas normas de execução orçamental inclui o seu prolongamento de acordo com o estabelecido no artigo 15.º.
3. Os casos omissos e as dúvidas na interpretação destas normas são resolvidos pelo Conselho de Gestão.